



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

ISSN2175-9596



SOBRE A NORMATIZAÇÃO VIGILANTE DOS DISCURSOS MIDIATIZADOS

Sobre la vigilante normalización de los discursos mediados

On the vigilant normalization of mediated discourses

Solange Leda Gallo^a

^(a) PPGCL – UNISUL-SC/Brasil. E-mail: solangedagallo@gmail.com.

Resumo

Apresento, neste trabalho, uma reflexão sobre a escrita que se produz nos espaços enunciativos informatizados das redes sociais. Para tanto, assumo a dimensão discursiva da escrita e da oralidade, mostrando histórica e ideologicamente, como essas formas discursivas, inicialmente, se distanciam. No entanto, a condição de possibilidade da internet e das redes sociais desestabiliza os lugares discursivos dessas formas. Por essa razão, analiso dois textos audiovisuais exemplares, produzidos em canais do youtube, um constituído em um discurso de escrita, o discurso acadêmico-científico; e outro constituído em um discurso de oralidade, apontando aí diferenças e semelhanças. A discussão desses textos permite mostrar uma contradição importante das redes sociais: apesar de produzir o efeito de sentido de que nesses espaços todos tem acesso “à informação”, da mesma forma; o que de fato acontece é uma seleção de interlocutores em razão de determinações materiais. Por outro lado, a normatização dos textos, nesses espaços, homogeneiza os sentidos, e desloca o sujeito do seu lugar discursivo de constituição, enfraquecendo seu poder político e inviabilizando a contradição. O que se tem, então, nesses espaços, são apenas controvérsias. Enquanto os argumentos se sucedem na forma de comentários, os sujeitos se apresentam como mercadoria e vão sendo precificados e vigiados. Essa normatização vigilante que incide sobre a formulação de textos, mantém os sujeitos sob controle, em nome de uma liberdade de expressão.

Palavras-chave: Discurso; Redes sociais; Normatização; Miatização.

Resumen

Presento, en este trabajo, una reflexión sobre la escritura que se produce en los espacios enunciativos informatizados de las redes sociales. Para ello, asumo la dimensión discursiva de la escritura y de la oralidad, mostrando histórica e ideológicamente, como esas formas discursivas, inicialmente, se distancian. Sin embargo, la condición de posibilidad de Internet y de las redes sociales desestabiliza los lugares discursivos de esas formas. Por esa razón, analizo dos textos audiovisuales ejemplares, producidos en canales del youtube, uno constituido en un discurso de escritura, el discurso académico-científico; y otro constituido en un discurso de oralidad, apuntando allí diferencias y semejanzas. La discusión de estos textos permite mostrar una contradicción importante de las redes sociales: a pesar de producir el efecto de sentido de que en esos espacios todos tienen acceso "a la información", de la misma forma; lo que de hecho ocurre es una selección de interlocutores en razón de determinaciones materiales. Por otro lado, la normatización de los textos, en esos espacios, homogeneiza los sentidos, y desplaza al sujeto de su lugar discursivo de constitución, debilitando su poder político e inviabilizando la contradicción. Lo que se tiene, entonces, en esos espacios, son sólo controversias. Mientras los argumentos se suceden en la forma de comentarios, los sujetos se presentan como mercancía y van siendo precificados y vigilados. Esta normativa vigilante que incide sobre la formulación de textos, mantiene a los sujetos bajo control, en nombre de una libertad de expresión.

Palavras clave: *Discurso; Redes sociales; Normatización; Mediatización.*

Abstract

I present, in this work, a reflection on the writing that takes place in the computerized enunciative spaces of social networks. For that, I assume the discursive dimension of writing and orality, showing historically and ideologically, how these discursive forms initially distance themselves. However, the condition of possibility of the internet and social networks destabilizes the discursive positions of these forms. For this reason, I analyze two exemplary audiovisual texts, produced in youtube channels, one constituted in a writing discourse, the academic-scientific discourse; and the other constituted in a discourse of orality, pointing out differences and similarities. The discussion of these texts makes it possible to show an important contradiction of social networks: although it produces the effect that in these spaces everyone has access to "information", in the same way; what in fact happens is a selection of interlocutors by reason of material determinations. On the other hand, the normalization of texts, in these spaces, homogenizes the meanings, and displaces the subject from his discursive positions of constitution, weakening his political power and making the contradiction unfeasible. What we have, then, in these spaces are only controversies. While the arguments follow in the form of comments, the subjects present themselves as merchandise and are priced and watched. This vigilant normalization that focuses on the formulation of texts, keeps the subjects under control, in the name of a freedom of expression.

Keywords: *Discourse; Social networks; Normalization; Mediatization.*

INTRODUÇÃO

Inicialmente saliento, aqui, que falo de um lugar de pesquisadora no campo da linguagem e do discurso, lugar a partir do qual venho trabalhando sobre a escrita, enquanto uma já antiga tecnologia

que produz seus efeitos sobre os sujeitos e sobre as sociedades, há séculos.

Poderia tematizar a minha pesquisa dos últimos 30 anos como sendo uma “Investigação sobre os efeitos da escrita na sociedade contemporânea”.

Como sou uma analista de discurso, ao mobilizar o dispositivo teórico proposto inicialmente por Michel Pêcheux, na França dos anos 70 do século passado, procuro distinguir os aspectos discursivos relacionados à escrita.

Assim, no meu primeiro trabalho publicado sobre o assunto, resultante de uma dissertação orientada pela pesquisadora Eni Orlandi, na Unicamp, Brasil, propus a noção de Discurso de Escrita. Essa noção pretende dar conta do aspecto discursivo da escrita, ou seja, para além de sua constituição gráfica, a escrita se constitui como uma forma material ligada ao poder.

Não utilizarei os minutos que tenho nesta comunicação, para fazer uma análise do processo que levou a escrita a produzir os efeitos que produz, hoje, enquanto uma materialidade específica; ou como se dá o seu vínculo com o poder. Apenas procurarei evidenciar, nesse processo, aquilo que interessa para meus propósitos nesta reflexão que trago hoje sobre a escrita na internet.

Em outras palavras, interessa-me, aqui, mostrar como o discurso de escrita vem perdendo o seu próprio poder de legitimação, na medida em que é confrontado à normatização tecnológica dos espaços enunciativos informatizados das redes sociais.

Muitos discursos podem ser considerados discursos de escrita, por exemplo, o discurso científico, o discurso médico, o discurso político, o discurso jurídico, e tantos outros. Todos materializados em instituições de poder. Nessa relação entre escrita e instituição, a legitimação de um ressoa na outra. Por exemplo, a escrita de um cientista é legitimada pela instituição de pesquisa responsável, da mesma forma em que essa instituição se legitima pela pesquisa realizada pelo pesquisador.

Estão fora do âmbito desse discurso, todos os discursos que não se relacionam com o poder, a não ser para dele se afastarem. Nessa categoria inscrevem-se os discursos do cotidiano que não perpetuam, que não tem vínculo institucional, que não constituem arquivo, e que intitulamos discursos de oralidade. Nada impede que esses discursos se materializem em textos grafados, o que não garante, entretanto, seu estatuto de escrita, já que não há, aí, nenhum processo de legitimação envolvido. Por

exemplo, as anotações que fazemos momentaneamente, as redações escolares, os diários, etc. Em boa medida essas são produções do âmbito privado que não chegam a tornar-se públicas. Justamente nesse ponto, interrompo essas considerações para dizer que essa cartografia, assim como acabo de apresentar, não se configura mais dessa forma, depois da internet.

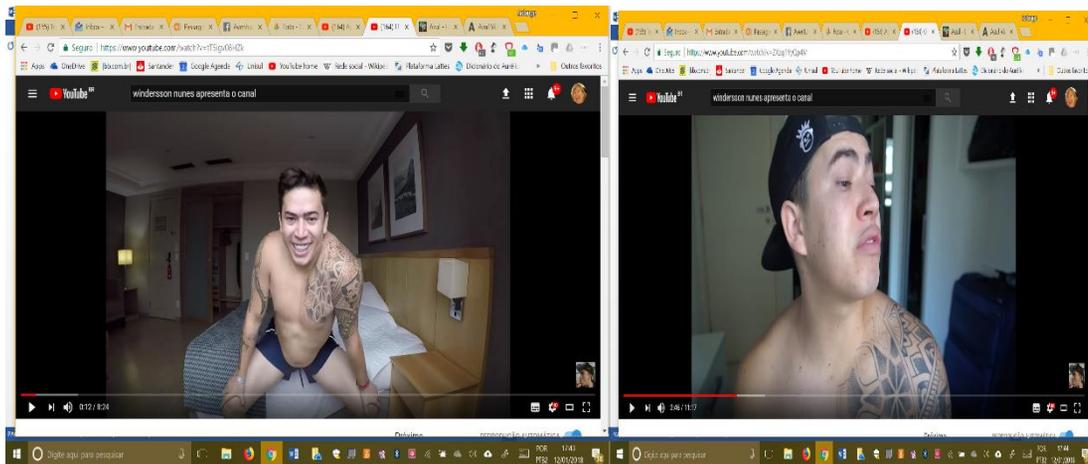
O que vemos acontecer neste momento em relação a essas duas formas discursivas?

1. Um discurso de oralidade pode tornar-se público em minutos, sem ter passado pelos tradicionais processos de legitimação necessários à publicação, próprios do discurso de escrita;
2. Quanto aos discursos de escrita, esses, que já tem sua formulação determinada por uma normatização específica, historicamente constituída, passam a sofrer, nos espaços enunciativos informatizados, a sobredeterminação de uma normatização tecnológica.
3. Além disso, essas duas formas discursivas podem circular em uma mesma rede (por ex. o *youtube*) sem qualquer diferenciação que evidencie suas divergências constitutivas.

ANÁLISE (CORPUS)

Vamos começar esta seção refletindo sobre o fato de que cada espaço enunciativo informatizado, próprio de uma rede social (*youtube*, *facebook*, *twitter*, etc) tem sua normatização específica, na qual todo dizer deve se submeter para aí fazer sentido. Vamos aqui trabalhar com exemplos trazidos do *youtube*:

Figura 1

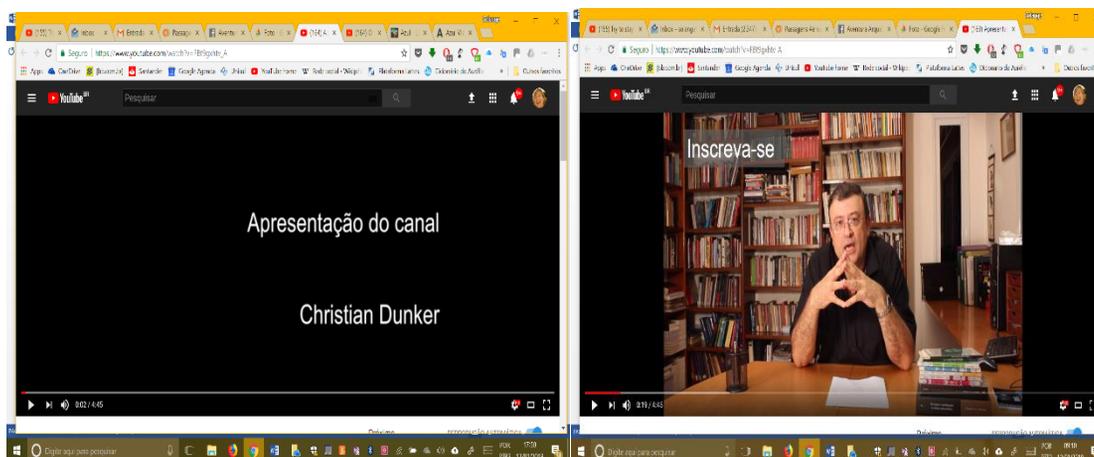


Solange Leda Gallo: *Screenshot* - Vídeo de Windersson Nunes: <https://www.youtube.com/watch?v=JudZDY7ENnk> (Canal Winderssonnunes – YouTube).

Esse primeiro vídeo é de Windersson Nunes, um dos primeiros *youtubers* do Brasil, e que tem uma legião de seguidores (mais de 10 milhões de inscritos no Canal). Ele iniciou sua “carreira” em 2013 e desde então não parou de aumentar sua popularidade. Nos seus vídeos ele faz humor ao dançar e comentar sobre assuntos aleatórios (no exemplo aqui trazido ele fala sobre política). Como ele, há muitos outros “*youtubers*” hoje, no Brasil.

O Segundo vídeo que queremos comentar é de Christian Dunker:

Figura 2



Solange Leda Gallo: *Screenshot* - Vídeo de Christian Dunker: https://www.youtube.com/watch?v=FbT9gxhtv_A (Canal Falando Nisso – YouTube).

Nesse vídeo, Christian Dunker, psicanalista titular do Instituto de Psicologia da USP, apresenta o canal *Falando Nisso*, no qual se propõe a fazer um experimento discursivo, “uma tentativa de responder uma condição colocada por Jacques Lacan [...] aquele psicanalista que não estiver à altura do horizonte de subjetividade do seu tempo, que se retire, que saia e vá fazer outra coisa [...] essa nossa época com *youtube*, com redes sociais, um época que inventou uma outra maneira de fazer universidade, de fazer ciência, fazer cultura, muito distante daquela época vivida por Freud, vivida por Lacan, e ainda mais, no Brasil.”

Dunker diz que, no canal, ele vai tentar fazer uma experiência de discussões compartilhadas, de acesso a uma conversa que envolva potencialmente todos que tem interesse na psicanálise, interesse na pesquisa, interesse no debate público, e que tem dificuldade de acesso.

Primeiramente, queremos salientar que ambos os textos audiovisuais, tanto o de Christian Dunker, quanto o de Windersson Nunes, aqui apresentados, encontram-se postados no mesmo espaço enunciativo informatizado, o *youtube*, e ambos estão igualmente sobredeterminados pela normatização tecnológica dessa rede. Essa normatização incide, inicialmente, sobre a formulação desses textos, e posteriormente sobre a sua circulação.

A circulação é a grande recompensa que se tem nessas redes. Ela pode levar o seu texto a milhões de leitores, em um único dia. Para isso, há um preço a pagar: submeter o seu texto à normatização da rede em que ele circulará, ou seja, formulá-lo segundo essa normatização.

Esse fato atinge de modo diferente o sujeito inscrito em um discurso de oralidade e o sujeito inscrito em um discurso de escrita. Para o primeiro (ex: Canal Winderssonnunes) as constrictões de formulação não são muitas, já que o seu dizer não tem uma normatização específica enquanto discurso de oralidade. Nesse caso a normatização do espaço enunciativo informatizado, apenas desloca o dizer para o funcionamento midiático que lhe é próprio (tempo limitado, foco na câmera, interlocutor específico (seguidor), etc).

No segundo caso (ex: canal Falando nisso), as constrictões de formulação tem outro peso, já que um texto que se inscreve no discurso acadêmico-científico já tem a normatização, própria desse discurso. Nesse caso, a normatização encontrada no espaço enunciativo informatizado da rede, se sobrepõe à normatização já posta (citação de autores, referência à área de conhecimento, historicização do dizer, etc).

Em razão dessa inevitável sobredeterminação, para certos discursos de escrita, submeter-se a uma normatização cujo funcionamento é midiático, pode significar uma contradição, pois embora os textos passem a circular mais, em contra-partida nessa circulação eles vão perdendo legitimidade, na medida em que vão se afastando de certas condições de produção que lhe conferem poder político.

Alguns de vocês poderiam dizer: sim, mas na passagem de um discurso de oralidade para um discurso de escrita, também se encontra uma séria de normatizações que impedem que se formule o texto senão na forma apropriada. É inclusive esse fator que tem excluído tantos sujeitos da forma discursiva de escrita. Ex: textos jurídicos.

Isso é verdade, sem dúvida. No entanto, ao se formular um texto segundo os parâmetros de normatização de um discurso de escrita, ganha-se em legitimidade. Quanto mais apropriada for a formulação, mais legítimo e reconhecido ele se torna. Ex: uma tese.

Mas nos espaços enunciativos informatizados, não é assim que funciona. Ao contrário, a submissão à normatização das redes pode levar a uma midiatização, mas não à legitimação. Esse é o exemplo que vemos aqui no segundo vídeo exibido. Trata-se de um vídeo de um professor pesquisador que está “fazendo um exercício” de “democratização” de um conhecimento, segundo a “subjetividade de seu tempo”. Mas há aí um efeito de vulgarização do conhecimento acadêmico-científico, o que é resultante da midiatização do texto, própria do espaço enunciativo informatizado do *youtube* (diferente do que acontece no espaço enunciativo da universidade).

(Os discursos de escrita, de modo geral, circulam na internet, mas não estão, necessariamente, submetidos à normatização própria de um espaço enunciativo informatizado, uma rede, cujo funcionamento é midiático. Eles podem manter-se como discursos de escrita, conservando sua formulação inicial. Por exemplo, todos os textos científicos de plataformas científicas, de bibliotecas online, de sites oficiais, institucionais).

Christian Dunker diz que nesse exercício no Canal *Falando nisso* está experimentando outras posições. Certamente trata-se de uma outra posição, que é de um divulgador do conhecimento psicanalítico. Mas o que quero salientar é que mesmo que ele tivesse a intenção de se manter na posição de psicanalista ou de professor de psicanálise, isso não seria possível, em razão da normatização tecnológica do Canal, sobre o seu dizer. Essa normatização produz um efeito de sentido

que estabelece um leitor específico, que é, em primeira instância, um internauta, o que não impede que seja, ainda, um aluno, ou ex-aluno da universidade. Mas no canal, seus interlocutores formulam suas perguntas enquanto sujeitos-internautas, da mesma maneira que outros sujeitos-internautas formulam perguntas para Windersson Nunes.

Evidentemente os internautas interlocutores do vídeo de Windersson não são os mesmos que os internautas interlocutores dos vídeos de Dunker (podem a até ser os mesmos em minoria, mas na grande maioria certamente se diferem).

Isso significa que a formulação do dizer, mesmo sobredeterminada pela normatização dos espaços enunciativos informatizados, não esconde as marcas do discurso onde os sentidos e os sujeitos se constituem (um discurso de oralidade, no caso de Windersson, um discurso de escrita, no caso de Dunker). O problema é que o sujeito internauta não percebe que a razão para ele ser seguidor de Windersson e não de Dunker, ou vice-versa, é uma questão material, que se constitui fora do *youtube*, e apenas se reflete aí, na forma de uma preferência, e não na forma de uma impossibilidade constitutiva.

Além disso, para a ideologia não há exterior, ou seja, nesse discurso dos espaços enunciativos informatizados, essas marcas são suficientes para “selecionar” um certo interlocutor, e não outro; mas o que prevalece é o efeito de que todos tem acesso da/à mesma forma. Essa contradição entre ser um espaço que dá acesso a todos, ao mesmo tempo que é um espaço que exclui os diferentes, permanece incontornável.

Quando Dunker fala que o *Falando nisso* é um exercício de aproximação à subjetividade do seu tempo, citando Lacan, ele está apostando em uma subjetividade relacionada a redes informatizadas. Nessa relação, o sujeito do discurso de escrita, necessariamente se midiaticiza, uma vez que é o discurso midiático que dá sustentação aos processos de subjetivação nesses espaços, no que concerne ao modo de formulação e de circulação.

Os critérios de normatização dos discursos que se formulam e que circulam nos espaços informatizados são, portanto, resultantes do encontro entre o discurso midiático e uma prática técnica informatizada.

Para além da disseminação dessas produções, vejamos a que isso pode nos levar, do ponto de vista político.

SOBRE O POLÍTICO (UM RECORTE)

Falarei agora de uma outra questão relacionada ao que apresentamos até aqui, uma questão muito cara à Análise do Discurso: a questão do político. Sabemos que o discurso está materializado em práticas. Assim, nas práticas discursivas, os sujeitos se constituem, formulam e fazem circular seus dizeres. Esses dizeres são constituídos historicamente, socialmente e ideologicamente, são os discursos.

Nas práticas discursivas vão se materializando lugares discursivos que são produtores de legitimidade, quando são lugares de discursos de escrita; Por ex: o lugar de um juiz, o lugar de um cientista, etc.

Os sujeitos que se inscrevem nesses discursos, assumem posições nesses lugares discursivos. A formulação dos textos, e a normatização que determina essa formulação, assim como outros funcionamentos, fazem parte dessa materialidade histórica dos discursos e lhes dão condições de serem reconhecidos e legitimados.

Sobredeterminar a formulação de um discurso de escrita, pela via de uma normatização de natureza tecnológica, suprime, necessariamente, desse discurso e desse sujeito, seu lugar discursivo. Faz com que esse sujeito e esse discurso se formulem em outro lugar discursivo, forjado tecnologicamente, e não historicamente.

Seria necessário que a tecnologia digital passasse por um processo de legitimação parecido com o processo pelo qual a escrita passou, para que ela pudesse se legitimar. Como isso não aconteceu (ainda), seu poder se restringe ao seu funcionamento midiático, situado principalmente na instância da circulação, fortemente, e na instância da formulação, ainda que com menos força.

Imaginamos que não vai demorar para que os espaços enunciativos informatizados, enquanto tecnologia, se historicizem, assim como a escrita se historicizou. Nesse processo, vai se configurando “um subjetividade do nosso tempo”, conforme menciona Dunker, ao mesmo tempo que é essa subjetividade que se acaba forjando. Esses espaços informatizados começam a produzir “lugares discursivos”, por exemplo, o lugar de um *youtuber*.

Correspondendo a esse “lugar discursivo” pode ser vislumbrado um efeito leitor desse discurso que vem se materializando nos espaços enunciativos informatizados (nesse caso o *youtube*). No entanto, nossa observação permite avançar nessa questão dizendo que a esse sujeito interlocutor-internauta, desse discurso forjado tecnologicamente, cabe a controvérsia, mas não a contradição.

A controvérsia permite que o sujeito se constitua na diferença de um argumento, em relação a outro argumento. Assim, é permitido, e eu diria que mais que permitido, é desejável, que a polêmica se instaure, para que esse tipo de discurso se garanta: uns contra, uns a favor (uns inscritos na #fora Butler, outros na #fala Butler), e assim as polêmicas vão se sucedendo.

Mas o discurso não é argumento. O discurso é prática. E a prática discursiva que estamos aqui analisando, forja um único lugar discursivo, igual em todas as redes: o lugar do internauta, no qual todos os sujeitos devem se posicionar.

Há, nessa “interpelação”, um processo de homogeneidade estruturante: não importa em que discurso nos constituamos, seremos interpretados pelo gesto de leitura de um internauta, sobredeterminados pela normatização do espaço enunciativo informatizado em que o sentido e o sujeito se formulam. Isso é igual para todos os sujeitos-internautas.

E é também essa homogeneização que impede que os sujeitos formulem o seu dizer segundo as determinações do discurso no qual eles se constituem. Ao formular nos espaços enunciativos informatizados, há um deslocamento dos sentidos e dos sujeitos. Esse deslocamento é também um enfraquecimento do poder. Não só enfraquecimento do poder de legitimação, mas também de ruptura. Esse enfraquecimento está relacionado a um silenciamento do político, que se dá pela via da censura ao formulável. É justamente esse silenciamento que torna possível, como forma enunciativa, apenas a controvérsia e não a contradição

SOBRE O CAPITALISMO (CONSIDERAÇÕES FINAIS)

Nesta terceira parte, quero relacionar essas questões apresentadas, ao capitalismo. Na análise do discurso, tomamos o capitalismo como uma forma-histórica contemporânea que, segundo Orlandi (2012), funciona pela falha do Estado. Nessa forma-histórica, o que importa é o consumo, e inclui-se aí o consumo de ideias, o consumo de valores, o consumo de modos de vida, o consumo de tudo.

Nesse sentido tudo vira mercadoria, inclusive o sujeito.

A forma-sujeito dessa forma histórica é o sujeito alcançável pelo consumo, o sujeito-consumidor. Nos espaços enunciativos informatizados, a moeda necessária para o consumo é a submissão à normatização específica do seu dizer. Essa submissão garantirá que o sujeito seja reconhecido na rede na qual se encontra, e como todos os demais sujeitos presentes na mesma rede, possa formular um dizer, quanto mais polêmico, melhor.

Enquanto esse sujeito debate ideias nesses espaços, ele se expõe como mercadoria, ele é mapeado, localizado, e porque não dizer, precificado, pelo funcionamento tecnológico da rede em que se encontra. Assim, pouco ou nada importa o que esse sujeito-consumidor diz nesses espaços enunciativos informatizados, mas importa que ele continue dizendo, continue consumindo. Seu discurso também é mercadoria, que produz lucro.

O político, diferente de uma política (de esquerda ou de direita) é uma condição inerente à constituição do sujeito e do sentido, na medida em que ao se constituir, sujeito e sentido fazem diferença. Nesses espaços, a diferença não se faz, porque os sujeitos e os sentidos que aí se formulam, não se constituem aí, mas em condições materiais, fora daí, que são aí, sobredeterminadas. A dimensão do político, portanto, se constitui fora daí, onde as diferenças materiais são determinantes e é essa dimensão que está silenciada nesses espaços. O que vemos no cotidiano das redes são controvérsias, esvaziadas do político.

A contradição, que é a base de toda revolução, não tem lugar nos espaços enunciativos informatizados, mas reside, justamente, na relação incontornável desse discurso que se formula aí, com os discursos de escrita e de oralidade que se formulam fora daí. Permanecer nesse entremeio, em uma parcial segregação voluntária dessa prática discursiva, é uma exigência de nossa posição enquanto analista, e enquanto sujeito político.

Terminarei esta seção com as palavras de Pêcheux (2011):

A arte de anestesiar as resistências, de absorver as revoltas no consenso e de fazer abortar as revoluções, fez certamente grandes progressos. Mas tudo isso não deixa de trabalhar menos sob o assujeitamento: é antes a capacidade de ouvi-lo que persiste em fazer falta politicamente.

SOBRE A VIGILÂNCIA (CONCLUSÃO)

Como temos visto em diferentes trabalhos apresentados neste Encontro, a vigilância sobre o sujeito, se exerce, atualmente, das mais variadas formas. Nesta reflexão procurei mostrar que uma das maneiras em que ela se dá é na forma como formulamos nossos textos na rede.

Como procuramos salientar, independente de nossa intenção em dizer algo, ou desenvolver um argumento em uma rede social, por exemplo, nosso texto produzirá um efeito de sentido, determinado em boa medida pela normatização à qual ele precisou ser submetido. Dessa forma, os “comentários” de um juiz, ou de um cientista, ou de um adolescente qualquer, quando presentes em um espaço enunciativo informatizado, são lidos (interpretados) da mesma forma, ou seja, como argumentos de internautas que fazem parte de controvertidas discussões, sem que isso possa produzir uma ruptura no tecido social, pois não aparece a contradição, no nível discursivo.

De fato, nesse nível, pouco importa quais sejam os argumentos, o importante é que eles se produzam. Todos estão igualmente “vigiados” na sua forma de expressão e reagirão conforme a normatização permite, deslocados em suas posições discursivas.

Essa vigilância normatizadora mantém os sujeitos e os sentidos sob controle. A contradição está no fato de que essa vigilância se produz em nome de uma “liberdade de expressão”, por meio da qual TODOS passariam a ter o mesmo acesso à informação e o mesmo direito à opinião... mas para quê?

REFERÊNCIAS

Gallo, S. L. (1994). *Discurso Da escrita e ensino*. Campinas: Ed. Unicamp.

Orlandi, E. (2012). *Discurso em análise – Sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes.

Pêcheux, M. (2011). “Foi propaganda mesmo que você disse?” In. E. Orlandi [textos escolhidos] (Ed.). *Análise de Discurso – Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes.